

## AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL REVISOR DE TEXTO: ALGUMAS REFLEXÕES

Cintia Mara de Lina Morva<sup>1</sup>

Sônia Maria Packer Hubler<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo compõe-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa sobre as competências necessárias para o desempenho do revisor de texto. Está organizado em um único capítulo com três subdivisões: as principais competências de um revisor, a variação linguística e as áreas de atuação. Tem como objetivo abordar aspectos que formam as competências do revisor e seus principais campos de trabalho: revisão editorial, revisão de textos acadêmicos e revisão de textos publicitários. Como resultado, pode-se constatar que a revisão procura consertar possíveis problemas com relação à estrutura, ao aspecto linguístico e ao conteúdo do texto. Conclui-se que o revisor, além de conhecer bem as normas da língua, necessita de amplas habilidades para desempenhar seu papel, em virtude de uma esfera que abrange todas as áreas do conhecimento humano.

**Palavras-chave:** Competência. Revisor de texto. Área de atuação.

### ABSTRACT

This Course Completion Work presents a qualitative bibliographic research on the skills necessary for the performance of the proofreader, with the theme “The skills of the proofreader professional: some reflections”. It is organized in a single chapter with three subdivisions: the main competences of a reviewer, linguistic variation and areas of expertise. It aims to address aspects that form the reviewer’s competencies and their main fields of work. As a result, it can be seen that broad skills are needed to review, due to a sphere that covers all areas of human knowledge.

**Keywords:** Competence; Text reviewer; Occupation area.

---

1 Faculdade Unina. Licenciada em Letras Português/Libras. E-mail: cintia.morva@outlook.com

2 Professora da Faculdade Unina. Mestre em Linguística de Língua Portuguesa. E-mail: so-  
nia@unina.edu.br

## INTRODUÇÃO

Muitas pessoas acreditam que basta conhecer a gramática para realizar um trabalho de revisão de textos. Dominar a norma culta da língua é imprescindível, mas é um desacerto pensar que isso seria o suficiente para ser um revisor. De acordo com os estudos, é necessário que o profissional tenha afeição pela leitura e domínio de aspectos históricos, culturais, midiáticos e literários, além de noções sobre estrutura e características dos gêneros textuais que circulam na sociedade. Em razão dos equívocos, principalmente por parte da visão popular, é que este trabalho se dedicará a discutir quais são as competências de um revisor.

Cabe inicialmente esclarecer que este artigo é baseado em meu trabalho de finalização da graduação. Quando entrei no curso de Letras, já tinha em mente o tema que gostaria de estudar. Tracei um caminho na área da Libras e, no meio do percurso, surgiram outras opções e oportunidades, mas na área da língua portuguesa. Não hesitei e abracei uma delas: a profissão de revisora de texto. Foi então que sobreveio a necessidade de conhecer melhor esse ofício. Aprofundar os conhecimentos nos diversos campos do saber que envolvem o trabalho do revisor constituiu-se tarefa nem sempre fácil, mas fascinante.

Estipulou-se assim como pergunta de partida para o estudo: quais as competências necessárias para a formação profissional do revisor de texto? E foi através do Google Acadêmico que encontramos a monografia de Mayara Espíndola Lemos, com o título “A relevância do trabalho do revisor de textos, um estudo para além da revisão linguístico-gramatical”, que nos levou ao livro *Além da revisão – critérios para revisão textual*, de Aristides Coelho Neto (2017). Esses foram os principais materiais que ancoraram nosso estudo.

Em 322 páginas, divididas em 11 capítulos, Coelho Neto aborda temas enriquecedores sobre o trabalho do revisor. Especialista em língua portuguesa, revisor de textos, tradutor e professor, o autor discute os principais conceitos para conhecermos as múltiplas atribuições de um revisor de texto.

Nesse sentido, o presente trabalho, de cunho bibliográfico qualitativo, tem como objetivo geral estudar as competências necessárias para a formação

profissional do revisor de texto. O objetivo específico é demonstrar quais são as competências mais relevantes ao profissional que trabalha com revisões de textos e apontar as suas principais áreas de atuação.

## O REVISOR DE TEXTO

Num primeiro momento, abordaremos as competências necessárias para a formação profissional do revisor de texto. Ele tem um papel fundamental antes da publicação ou entrega de um trabalho, pois se espera que garanta a qualidade linguística do texto.

Para tratar do tema, subdividimos as competências em domínio da textualidade, de aspectos linguístico-gramaticais, dos gêneros textuais, dos conhecimentos de mundo e dos conhecimentos técnicos.

Ao final, ainda mencionaremos a questão da variação linguística e as áreas de atuação de um revisor.

## A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DA TEXTUALIDADE

Textualidade é a característica fundamental dos textos, é o que faz com que eles sejam percebidos como textos. Um conjunto de palavras ou frases constitui um texto quando é visto pelos interlocutores como um todo articulado e que faz sentido na situação comunicativa em que ocorre. Para que isso aconteça, segundo Koch (1997), devem ser observados: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. São esses os fatores de textualidade.

Entende-se que, como um leitor e escritor qualificado, o revisor deve ter amplo domínio desses fatores, intervindo nos textos em que trabalha para garantir sua melhor forma.

O texto, além de ser uma manifestação da linguagem com a intenção de comunicar, também serve para firmar uma posição que o falante exerce no grupo social, levando-se em conta as regras referentes ao que se pode ou não falar, o conjunto cultural dos ouvintes, os referenciais e as variedades

linguísticas apropriadas.

Nesse contexto, Lemos (2017) reafirma a importância de o revisor posicionar-se dentro dos mais variados assuntos, estabelecendo um processo de interação democrático entre revisor-autor ou revisor-editor. “A interação revisor-cliente ou revisor-editor é salutar e deve ser incentivada, sempre com vistas à máxima qualidade do trabalho” (COELHO NETO, 2017, p. 112).

A revisão da escrita é realizada com o propósito de aprimorar o texto para que a mensagem chegue com clareza ao leitor. Sobre essa lapidação, Coelho Neto (2017) menciona que é importante não alterar o estilo original do autor. Esse é outro papel fundamental do revisor, o de respeitar a forma, na medida do possível, e a ideologia do escritor.

Para Pinto (1993, *apud* LEMOS, 2017, p. 42), “o texto deve apresentar exatidão nas informações históricas ou factuais, nas datas, nos números, nos nomes de pessoas e de coisas [...]”. Em adição aos cuidados com o texto, é preciso prestar atenção ao público a que o texto será destinado, pois ele deve ser compatível com o meio em que irá circular. Além de ter um bom relacionamento com o cliente, manter a originalidade do autor e estar atento à precisão das informações do texto, também é competência do revisor verificar a linguagem adequada ao leitor.

E sobre os possíveis erros? Segundo Coelho Neto (2017, p. 58), “qualquer autor, por melhor que seja, comete erros, emite conceitos incoerentes, é repetitivo, fica cego às vezes a coisas absurdas que o seu texto contém”. Por isso é imprescindível a figura do revisor. É na revisão textual detalhista que o conteúdo vai ser aprimorado em sua coerência, coesão, erros ortográficos, erros conceituais e demais deslizes efetuados pelo autor.

Mesmo diante da possibilidade de qualquer ser humano cometer falhas por motivações inconscientes, os erros encontrados numa publicação quase sempre são atribuídos ao revisor. Pressa do cliente e prazos curtos atropelam todo o processo da revisão, pois “[...] trabalhos de revisão de textos feitos às pressas não saem com a mesma qualidade de um trabalho feito no tempo certo” (MACHADO, 2018, p. 12). De acordo com Firmin Didot (1764-1836, *apud* COELHO NETO, 2017, p. 11), “um simples erro ou transposição de uma letra fere

a vista tanto quanto a nota falsa de um concerto fere o ouvido”.

De fato, ferem, mas em textos perfeitos, o revisor é anônimo e, em textos onde houver um único descuido, a revisão é culpada. Já, nas palavras do escritor Luis Fernando Verissimo (1995), em sua crônica “Cuidado com os revizores” (sim, com letra z!), os profissionais da revisão encontram reconhecimento quando ele diz que “Todo texto tem, na verdade, dois autores: quem o escreveu e quem o revisou [...] Os revisores só não dominam o mundo porque ainda não se deram conta do poder que têm”.

Para Guilherme (1967, *apud* LEMOS, 2017, p. 43), uma das competências do revisor, além da habilidade de detectar erros, é ter um bom nível cultural e aptidão em pesquisa para que as informações sejam apropriadas. Coelho Neto (2017) adiciona outro ponto, que é a capacidade de criar estratégias no ato de revisar, a fim de evitar deslizes. Essas estratégias norteiam o passo a passo da revisão e a dica é realizar uma lista de controle: os títulos e subtítulos estão com as fontes padronizadas, a sequência da paginação está correta, corrigir grafia, regência, pontuação, concordância, checar translineação e comparar a numeração do sumário com a paginação do miolo são alguns exemplos.

Em suma, numa boa revisão, dá-se atenção a aspectos técnicos e também da textualidade, considerando coesão, coerência, intenção da mensagem, adequação da informatividade, intertextualidade e situacionalidade, para que haja aceitação do público ao que foi enunciado.

## CONHECIMENTO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL

Ao revisor cabe estar atento às mudanças da língua, tanto sobre as normas gramaticais quanto a respeito das variações que ocorrem ao longo do tempo.

Coelho Neto (2017) comenta que, querendo ou não, as palavras vão se consagrando em nossa língua, pulsantes, belas e vivas. Se a língua é um organismo vivo e não se mantém padronizada entre nações e histórias diferentes, é natural a realização de reformas entre os países membros de uma língua em comum. O autor menciona as alterações que o Brasil, junto com os outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, determina

para a coexistência da nossa antiga e nova ortografia até o final de 2015.

Para alguns, a língua portuguesa deve manter uma unidade entre os países que a adotaram, e a reforma chega em boa hora. Para outros, o Acordo não passa de uma imposição sem sentido, pois a língua é organismo vivo e não pode se guiar por regras comuns de nações diferentes (COELHO NETO, 2017, p. 36).

Ainda que haja discussões sobre a relevância ou não das reformas, o revisor precisa estar sempre atualizado a respeito delas, sendo flexível para aplicar adequadamente essas transformações.

Na verificação gramatical, o revisor age como decisor linguístico e para isso “é necessário conhecer bem as leis combinatórias que regem o português” (COELHO NETO, 2017, p. 74). Estamos falando de uma das variedades linguísticas, a norma culta ou norma padrão da língua.

Todos começamos a aprender a língua em casa, com os familiares. O aprendizado inclui um repertório (universo lexical do indivíduo) gradativamente aumentado de vocabulário e, intuitivamente, das leis combinatórias dessa língua, chamada materna. Ao nos desvencilharmos da casca familiar, percebemos que nem todas as pessoas falam da nossa maneira – são de outras famílias, de outras cidades e regiões. Percebemos ainda que pessoas de classes sociais diversas, de idades diferentes, também falam de forma diferente. São as chamadas variedades linguísticas, roupagens que a língua assume, que dependem das condições sociais, culturais e regionais que esta é utilizada. Nós, falantes de qualquer idioma, podemos conversar de diferentes maneiras no barzinho, no almoço em família, num encontro de trabalho, numa palestra acadêmica, num sermão religioso, numa borracharia. E não só podemos como devemos, afirma o promotor Lemos Júnior (ver “Falar errado”). “A pessoa é a mesma, o que muda é o auditório; aquela apenas se adapta a este”. (COELHO NETO, 2017 p. 75)

É fundamental a adaptação do texto ao “auditório”, por isso “recomenda-se ao revisor maleabilidade e bom senso na adoção do padrão linguístico” (COELHO NETO, 2017, p. 47) e domínio na gramática.

A principal função da gramática é regular a linguagem para estabelecer padrões na fala e na escrita. Quando o “auditório” é formal, o revisor deve dominar

a norma culta da língua. Segundo Cegalla (2008, p. 419), “a língua culta é usada pelas pessoas instruídas das diferentes profissões e classes sociais. Pauta-se pelos preceitos vigentes na gramática normativa e caracteriza-se pelo apuro da forma e a riqueza lexical”.

Ainda que o domínio linguístico-gramatical não seja a única competência para exercer a atividade de revisor, é indispensável uma linguagem cuidadosa, elaborada, estruturada, com vocabulário rico e diversificado, possibilitando que o texto seja apreciado pelo leitor.

## COMPETÊNCIA EM GÊNEROS TEXTUAIS

Anteriormente, mencionamos Lemos (2017) e a importância de o revisor se posicionar diante de variados assuntos. Aqui designaremos tal competência como um amplo conhecimento das estruturas dos gêneros textuais. O termo gênero, dentro dos estudos linguísticos e literários, envolve complexas questões de definição e classificação, que não é nossa intenção explicitar neste trabalho.

Considera-se que a diversidade dos gêneros na atualidade seja grande, pois eles possuem uma capacidade de se ampliar sem serem inovações absolutas, por se ancorarem em outros gêneros já existentes. De acordo com Bakhtin (2003), podem ser simples diálogos ou as mais complexas manifestações linguísticas: as literárias (contos, romances, poemas etc.), as científicas (teses, dissertações etc.), os relatos familiares (cartas, bilhetes etc.), documentos oficiais (atas, relatórios etc.).

Essa diversidade de gêneros é caracterizada por suas funções cognitivas, comunicativas e institucionais, e não apenas por sua estrutura e distinção linguística. Os gêneros são responsáveis por organizar

[...] o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. (BAKHTIN, 2003, p. 283)

O teórico mostra que, numa situação de comunicação, a escolha do gênero não é completamente espontânea. Leva-se em conta um conjunto de regras dadas pela situação de interação: quem fala, sobre o quê, para quem fala, com qual finalidade. Esses elementos determinam o uso do gênero mais adequado à ocasião.

É frequente haver uma certa confusão entre gênero e tipo textual. De acordo com Marcuschi (2005), a língua é uma atividade social, histórica e cognitiva, só existindo a partir das interações entre seus falantes. Essas interações se dão através de modelos adaptados às mais diversas situações comunicativas: os gêneros textuais.

Assim, todo texto se materializa na forma de um gênero, que possui características linguísticas, determinadas por aspectos lexicais, sintáticos e relações lógicas. Tais características são os tipos textuais. Em outras palavras, enquanto os gêneros são os textos materializados, que possuem características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição, os tipos são uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição. (MARCUSCHI, 2005)

O rádio, a televisão, o jornal, a revista e a internet são, de acordo com Marcuschi (2005), suportes tecnológicos de comunicação que marcam a realidade social contemporânea e que propiciam outros gêneros e formas discursivas, como as cartas eletrônicas, reportagens ao vivo, videoconferências, aulas virtuais etc. Mesmo que não sejam inovações absolutas, como por exemplo, a correspondência por carta que deu lugar aos e-mails, os gêneros emergem de outros gêneros, como observou Bakhtin (2003). Essas relações híbridas desafiam ainda mais a oralidade e a escrita, exigindo do revisor uma integração com o texto cada vez mais plástica.

## **AMPLO CONHECIMENTO DE MUNDO**

Neste subitem, vamos comentar sobre o hábito de ler e sua relação com o conhecimento de mundo. “Pela leitura vamos construindo uma intimidade muito grande com a língua escrita, vamos internalizando as suas estruturas



e as suas infinitas possibilidades estilísticas” (GARCEZ, 2002, *apud* COELHO NETO, 2017, p. 92). Além disso, ler, segundo a autora, enriquece o senso crítico e para o revisor essa é uma competência essencial, já que seu papel é proativo ao agir sobre o texto. “Lê melhor, e escreve melhor, e revisa melhor quem lê muito” (COELHO NETO, 2017, p. 93).

Para Malta (2000, *apud* LEMOS, 2014, p. 19), “só gramática não basta. Só redigir ou reescrever bem também não é tudo”. Quanto mais bem informado, melhor será a qualidade do trabalho do revisor, pois é de sua competência revisar trabalhos de diversos segmentos.

Esses “seres esquisitos”, expressão de Machado, que exercem uma espécie de controle da qualidade do texto, são pessoas que gostam de ler. Segundo Machado (2018, p. 7), “O revisor, além de gostar de ler – ler muito, ler sempre! -, precisa ter um carinho especial pela linguagem como um todo”.

Já falamos que a língua é viva e se transforma, por isso, outra atenção que o revisor precisar ter é com as palavras inventadas. Para Coelho Neto (2017), o revisor deverá ter um dicionário para consultar e verificar se há respaldo técnico para a criatividade lexical.

“Durante a revisão são conferidos o uso da ortografia, a estrutura do texto, elementos de coesão e coerência, o sentido produzido, o estilo do autor e o gênero textual em que se encaixa” (LEMOS, 2017, p. 12). Em síntese, a função do revisor é lidar com os mais diversos textos que circulam na mídia, tanto de modo impresso como digital. Para Machado (2018), as bagagens linguísticas, juntamente com a noção do contexto da publicação, possibilitam firmeza ao profissional em decidir quais tipos de alterações poderão ser sugeridos ao texto.

Resumindo, para o revisor, a leitura proporciona conhecimento de mundo, o que lhe dá maior capacidade de interpretar e atingir os objetivos de uma revisão competente. A importância de explanar esse assunto deve-se pela relação dinâmica com a profissão de revisão, uma vez que os textos circulam em ambientes sociais, históricos e culturais de uma sociedade.

## DOMÍNIO DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS

De acordo com Coelho Neto (2017), as funções do revisor vão de revisar os originais (textos em forma “crua”, datilografados ou digitados) aprovados para edição (seleção, adequação, composição, impressão, acabamento e comercialização do material), revisar traduções, textos na internet, livros, peças publicitárias, até textos técnicos e comerciais. A revisão dos originais pode passar por até quatro etapas: a primeira na adequação do texto, a segunda ocorrerá após o texto composto ou diagramado, a terceira e quarta revisão são recomendáveis e ocorrem antes da fase de impressão e acabamento.

Outra competência do revisor é saber usar os materiais de apoio. Conforme Coelho Neto (2017), os instrumentos são os dicionários (de significados, etimológicos, enciclopédicos, ortográficos, jurídicos), fontes de consultas preliminares e os manuais de redação e estilo governamentais, jornalísticos e empresariais. Machado (2018, p. 82) defende que “Um bom revisor é feito de referências. Não é quem “sabe tudo”, mas quem sabe onde encontrar respostas para as próprias dúvidas. E mais: sabe como e o que pesquisar para chegar às respostas certas. Além dos dicionários citados, ela acrescenta à lista os de regências, sinônimos, expressões e bilíngues, sem se limitar a uma única fonte de pesquisa, pois, mesmo os dicionários como Aurélio e Houaiss, apresentam verdades diferentes de acordo com o ponto de vista gramatical (normativo, descritivo, histórico e comparativo).

Atualmente, o trabalho do revisor é desenvolvido basicamente amparado na tecnologia. Por isso, o revisor precisa lidar com o computador e seus programas. Os conhecimentos de diversas ferramentas eletrônicas facilitam seu dia a dia, além de serem as ferramentas mais utilizadas por empresas e escritores. Depois da explosão de processos de comunicação (década de 1970) e da popularização da internet (década de 1990), os “leitores hoje estão condicionados à chamada dupla leitura: a textual e a gráfica” (COELHO NETO, 2017, p. 104). O autor complementa que a cultura letrada é dependente de estética textual visual. Nesse caso, a revisão passa por exigências de padronizações da forma e conteúdo, e, por programas tecnológicos possuírem

limitações, cabe à competência do revisor uniformizar as informações.

## A QUESTÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Reservamos este subitem para tratar de um assunto extremamente importante e que também está associado às competências do revisor. Conforme descreve Coelho Neto (2017), existem variedades linguísticas porque existem pessoas de classes sociais, culturais e regionais diferentes. As línguas possuem uma enorme variabilidade, e a norma culta, apesar de seu prestígio, não é a única forma existente. São variantes da língua: a coloquial, a popular, a familiar etc, que precisam ser respeitadas. Nesse sentido, cabe ao revisor reconhecer e definir com o cliente o que será aceito na revisão, evitando preconceitos.

O linguista Marcos Bagno rebate o preconceito linguístico quando diz “[...] nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a visão [...]” (BAGNO, 2009, *apud* COELHO NETO, 2017, p. 76). Por exemplo, na escrita de um livro que retrata as características de uma comunidade do interior, com dialeto caipira, onde o diálogo “os fazendeiro rico” não apresenta concordância nominal padrão, essa forma precisa ser respeitada. Vale citar o pensamento de Santo Agostinho (354-430, *apud* COELHO NETO, 2017, p. 75) “Melhor sermos repreendidos pelos gramáticos do que não sermos entendidos pelo povo.”

Isso não significa que o revisor terá menos responsabilidades para revisar. A reflexão é para que o revisor, por dominar a norma culta da língua, não seja preconceituoso. Sua competência é identificar o que é ou não adequado àquele contexto.

No entanto, essa visão em relação à variação linguística não é consensual. Ítalo Calvino, por exemplo, declara que, independentemente da situação e do local, a linguagem casual e descuidada lhe causa intolerável repúdio. “Às vezes me parece que uma epidemia pestilenta tenha atingido a humanidade inteira em sua faculdade mais característica, ou seja, no uso da palavra, consistindo essa peste na língua numa perda de força cognitiva e de imediaticidade [...]”

(CALVINO, 1999, *apud* COELHO NETO, 2017, p. 81).

Ainda que Calvino tenha falecido antes do crescimento da linguagem no meio das comunicações tecnológicas (chats, e-mail, WhatsApp, Instagram) e seu discurso tenha incomodado sociolinguistas, o revisor deve “se exercitar muito para saber em quais contextos os recursos de fala e da escrita informal funcionam bem e quando são inadequados” (COELHO NETO, 2017, p. 81).

No livro de Coelho Neto (2017), em textos extraídos de jornais e revistas, a professora Maria Tereza de Queiroz Piacentini escreve o seguinte:

É inquestionável que as línguas variam, mudam, se expandem, morrem. [...] O problema do **certo/errado** (conceito embutido na dicotomia entre língua-padrão = correto, e não padrão = errado) parece residir na pouca compreensão de que a variação está inscrita na língua, é própria dela. [...] Em seu artigo “Norma-padrão brasileira (2002), Carlos Alberto Faraco esclarece que a raiz do preconceito linguístico na cultura brasileira [...] está na grande distância que se colocou, desde o início, entre a norma culta e o “padrão artificialmente forjado”. É dentro dessa perspectiva da variação e evolução linguística [...] que Marcos Bagno diz ser preciso reconhecer que “tudo o que a Gramática Tradicional chama de ‘erro’ é na verdade um ‘fenômeno’ que tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. Se milhões de pessoas, cultas inclusive, estão optando por um uso que difere da regra prescrita nas gramáticas normativas é porque há alguma regra nova sobrepondo-se à antiga” (COELHO NETO, 2017, p. 99)

Complementamos o respeito à variação linguística com os princípios gerais (artigo 10º) da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos:

2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, econômica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas.

Com base nesse artigo, publicado em 1996 pela Unesco, um revisor competente posiciona-se diante de diversas variedades linguísticas sem preconceito e sem conflitos, considerando a dissimetria entre a norma e o uso espontâneo da língua, inclusive a espontaneidade em textos verbais escritos.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO

A maioria dos profissionais que efetuam atividades de revisão são graduados nos cursos de Jornalismo ou Letras. Segundo Lemos (2017), até pouco tempo atrás, não havia especialização para revisores, mas esse quadro vem mudando e instituições de ensino estão ofertando cursos específicos na área.

Na prática, embora a formação acadêmica não seja requisito de lei ou obrigação, boa parte das empresas faz questão, sim, de que seus revisores sejam graduados em Letras ou em Jornalismo/ Comunicação Social (e áreas correlatas, em geral de ciências humanas). Destaco que, pelo Cadastro Brasileiro de Ocupações, revisão de textos é uma atribuição do jornalista (MACHADO, 2018, p. 6)

Os maiores campos de atuação estão na revisão editorial, revisão de textos acadêmicos e revisão de textos publicitários. De acordo com Machado (2018), a área publicitária geralmente trabalha com textos curtos e diariamente lida com materiais diferentes. As agências podem trabalhar com textos que são divulgados em meios digitais ou impressos, por meio de tevê, endomarketing (materiais internos de grandes empresas), entre outras especialidades. A revisão de texto acadêmico é, geralmente, um serviço autônomo que serve de porta de entrada para os revisores; exige conhecimentos sobre as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e os clientes comumente são pessoas físicas (universitários ou pesquisadores). A área editorial é voltada para a revisão de livros e esse trabalho é muito mais complexo, afirma a autora.

Outro campo de atuação, segundo Machado (2018), é chamado de freelancer. É um trabalho autônomo, que necessita de internet, um computador, planejamento e paciência para captação de clientes. Funciona por contratos de prestação de serviço que variam de um único trabalho ou por um período maior.

De um modo em geral, o revisor pode atuar em qualquer empresa que trabalhe com texto, inclusive em instituições administrativas. De acordo com Lemos (2017), mesmo que empresas não utilizem o texto como matéria-prima,

são utilizados documentos oficiais que também precisam ser revisados. Por isso, qualquer corporação ou agência pode precisar do trabalho do revisor, até para oratórias. É uma atividade ligada aos veículos de comunicação como rádio, revistas, jornais, TV e internet.

Sobre a tecnologia, com o avanço da internet, a escrita ganhou maior evidência. Muitas pessoas procuram sites para busca de informações e este é outro espaço em que o revisor pode atuar. Para Lemos (2017), essas publicações também seguem normas e padrões e os textos devem transmitir credibilidade entre a empresa e o usuário. Ainda sobre a tecnologia, algumas pessoas dizem que a profissão de revisor pode ser exterminada por ela. Para Coelho Neto (2017, p. 23) “Revisão exige, como temos frisado, formação e habilidade específicas. Deixá-la de lado significa abdicar da qualidade”. Isso significa que, tão cedo, nenhum programa tecnológico será capaz de substituir os olhos críticos de um profissional competente.

A respeito da regulamentação trabalhista, ainda não existem recursos jurídicos aplicados para a atividade. Segundo Lemos (2017), “isso ocorre porque a revisão de textos é um campo de trabalho acessível a todos”. Temos apenas um decreto de 1969, lei nº 972, que diz que revisor é aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística, excluindo da sua abrangência as atividades que não envolvam o meio jornalístico.

Também não se deve confundir a função de revisor com a de redator, cuja atividade é definida pela referida lei: o redator tem o encargo de redigir crônicas, editoriais ou comentários. Desse modo, acredita-se que haveria mais credibilidade e visibilidade aos profissionais revisores se o mercado de trabalho fosse regulamentado por lei.

Diante da oferta de Cursos no meio acadêmico voltados à redação e revisão de textos, do interesse dos profissionais que têm se especializado na área, da existência de cursos de curta duração sobre a profissão e dos anseios que essa prática causa devido ao mercado de trabalho disputado com profissionais não especializados (fato que acaba desprestigiando esse profissional), torna-se assunto de discussão entre os revisores a importância de se criar leis que regulamentem o trabalho de revisão de textos (LEMOS, 2014, p. 140).

Embora os cursos ofertados sejam recentes e que ocorram problemas de normas e regimentos, as áreas de atuações estarão sempre onde existirem textos e engana-se quem achar que a tecnologia poderá substituir o profissional competente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de estudos sobre o tema, conclui-se que todo texto merece uma revisão, a fim de minimizar inconsistências e inadequações, pois até um texto produzido por um especialista tende a apresentar falhas. Revisar é ler o texto visando consertar possíveis erros relativos à estrutura, ao aspecto linguístico ou até mesmo ao seu conteúdo.

O objetivo do trabalho se desenvolveu na abrangência das competências necessárias para a formação do profissional revisor. Como uma primeira competência, tratou-se do domínio da textualidade, considerando a situacionalidade do que pode ou não ser dito, de acordo com a cultura e a referênciadoouvinte;a coerênciae a coesão para que haja clareza na mensagem; a informatividade com exatidão dos fatos e da história; a aceitabilidade do texto com o meio em que ele irá circular; e a influência da intertextualidade na atualização do texto.

Como uma segunda competência, abordou-se a importância do conhecimento linguístico-gramatical, ou seja, a ação do revisor em relação à norma culta da língua, considerando o domínio da gramática como um dos fatores fundamentais para a análise do texto.

Abordou-se, na sequência, a posição do revisor diante de assuntos diversos por meio do conhecimento dos gêneros textuais e a ideia de conhecimento de mundo, pois quanto mais bem informado for o revisor, mais qualidade terá o texto. E, para dominar essa competência, é necessário ler e gostar de ler, pois isso cria uma intimidade com a estrutura da língua, permitindo uma ação proativa sobre o texto.

Além dessas competências mais relacionadas à língua, tratou-se também dos conhecimentos técnicos na área editorial e o uso dos materiais de apoio.



É importante saber onde tirar dúvidas em dicionários e manuais, saber sobre programas de computadores e suas diversas ferramentas que auxiliam, agilizam e facilitam o trabalho.

Em relação ao respeito às variedades linguísticas, infere-se que, apesar de o revisor ter que dominar a norma culta da língua, não deve agir com preconceito, e que sua tarefa é identificar o que é adequado ao contexto

Por todas as menções expostas ao longo deste trabalho, concluiu-se que a revisão da literatura no respectivo tema demonstra que as competências do revisor são bastante amplas e que vão além do conhecimento da gramática. Ainda que o domínio linguístico-gramatical seja essencial, para revisar é necessário um conhecimento muito mais completo e amplo em relação ao texto.

Apesar de a bibliografia ser escassa, procurou-se aprofundar as questões que envolvem a profissão, contribuindo não apenas para nosso aperfeiçoamento, mas também com a intenção de compartilhar esse estudo com futuros revisores e interessados na área.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CEGALLA, D. P. **Nova minigramática da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COELHO NETO, A. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 3. ed. Brasília: Editora Senac, 2017.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

LEMOS, M. E. **A relevância do trabalho do revisor de textos: Um estudo para além da revisão linguístico-gramatical**. 49 p. Monografia (Bacharelado em Letras) – Universidades Federal de Pelotas, Centro de Letras e Comunicação, Pelotas, 2014.

LEMOS, M. E. **Fundamentos à prática de revisão de textos**. Porto Alegre: Metamorfose, 2017.



MACHADO, C. **Manual de sobrevivência do revisor**. E-Book: Moinhos, 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. P. MACHADO, A. R. BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)> Acesso em: 13 set. 2021.

VERISSIMO, L. F. Cuidado com os revisores. **VIP exame**, p. 36-37, mar. 1995.